

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.609.189 - PR  
(2019/0321456-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : MARTA REGINA DA SILVA DE SOUZA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : UNIÃO**  
**AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADOR : ROBERTO BENGHI DEL CLARO - PR031448**

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA. IMPUGNAÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO APELO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. AUSÊNCIA DE EFICIÊNCIA. REVISÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRADO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por MARTA REGINA DA SILVA DE SOUZA em face de decisão proferida pelo Ministro Presidente do STJ transcrita a seguir no essencial (e-STJ fl. 627):

"Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente o referido fundamento.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida."

A agravante defende que houve efetiva impugnação específica ao fundamento da decisão de admissibilidade prolatada pelo Tribunal *a quo*, de modo que o agravo em recurso especial comporta conhecimento.

Foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Com efeito, verifica-se que os argumentos trazidos nas razões do agravo interno revelam-se plausíveis, o que impõe a reconsideração da decisão agravada.

Pois bem. Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MARTA

REGINA DA SILVA DE SOUZA em face de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que inadmitiu o recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 468):

ADMINISTRATIVO. MEDICAMENTO. FÁRMACO NÃO PREVISTO EM PROTOCOLO CLÍNICO DO MS. EFETIVIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

1. O direito à saúde é assegurado como fundamental, nos arts. 6º e 196 da Constituição Federal, compreendendo a assistência farmacêutica (art. 6º, inc. I, alínea "d", da Lei n. 8.080/90), cuja finalidade é garantir a todos o acesso aos medicamentos necessários para a promoção e tratamento da saúde; não se trata, contudo, de direito absoluto, segundo reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, que admite a vinculação de tal direito às políticas públicas que o concretizem, por meio de escolhas alocativas, e à corrente da Medicina Baseada em Evidências.

2. Em se tratando de prestação de serviço de saúde, considera-se que faz jus à prestação do serviço pelo Poder Público a parte que demonstra a respectiva imprescindibilidade, que consiste na conjugação da necessidade e adequação da medida e da ausência de alternativa.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, a recorrente aponta a violação ao art. 1.022, parágrafo único, do CPC, pois o Tribunal *a quo* não se desincumbiu de seu dever de se manifestar sobre a tese fixada pelo STJ no julgamento de recurso repetitivo, a saber o Resp. 1.657.156.

Ademais, indica a contrariedade aos artigos 371 e 479 do CPC, pois o Tribunal de origem nem sequer ponderou nas razões de formação de seu convencimento as conclusões do laudo pericial no sentido da ineficácia do tratamento fornecido pelo SUS.

Sustenta, ainda, que o Tribunal *a quo* violou os artigos 7º, IX e XIII e 8º, §1º, I, da Lei 9.782/99, ao afirmar que não há evidência científica para conceder o medicamento e, deste modo, sobrepujar a competência legal da ANVISA e conferir força probatória superior ao mero parecer de um órgão (CONITEC) que afere apenas o custo benefício de incorporação de determinado protocolo terapêutico no SUS.

Por fim, pugna pela concessão de tutela de urgência para deferir efeito suspensivo ativo ao recurso e fornecimento do medicamento até o julgamento final do processo.

Foram apresentadas contrarrazões.

O recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem à consideração de que a questão suscitada implica revolvimento do conjunto probatório, vedado em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nas suas razões de agravo, a agravante impugna o fundamento da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre.

Não foi apresentada contraminuta.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

A agravante impugnou a fundamentação contida na decisão agravada e,

mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

Conforme se extrai do acórdão recorrido, cuida-se de ação ordinária proposta em face da União e do Estado do Paraná, visando o fornecimento do medicamento *ustequinumabe* para tratamento de psoríase vulgar. O pedido foi julgado procedente em primeira instância e, interpostas apelações pelos réus, a estas foi dado provimento pelo Tribunal *a quo*, ao argumento de que não existem evidências científicas de que o medicamento postulado proporciona reais melhoras no tratamento da psoríase. A propósito, o seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 455/457):

"No caso em tela, trata-se de paciente que teve indicação do medicamento Ustequinumabe (Stelara) para tratamento de Psoríase Vulgar CID L40) Ressalto que a CONITEC, em Relatório de Recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, atestou não haver evidências científicas de que o medicamento aqui postulado proporciona reais melhoras no tratamento de psoríase (<http://conitec.gov.br/images/Incorporados/Biologicos-Psoriase-final.pdf>): [...]

Não se pode, portanto, imputar qualquer omissão ao SUS no tocante ao tratamento da parte autora. Ademais, a gestão do dinheiro público não permite que se destinem valores expressivos para resultados inexpressivos, ainda mais considerando que os valores gastos com demandas judiciais pleiteando tratamentos saíam do orçamento destinado ao próprio Ministério da Saúde.

Veja-se que a jurisprudência recente, em casos análogos, vem entendendo reiteradamente pelo descabimento da concessão do Ustequinumabe/Stelara para tratamento da psoríase ante a pouca efetividade em relação ao alto custo representado pelo tratamento, em se tratando de política de saúde pública. Nesse sentido:

[...]

O presente caso enquadra-se nas situações em que a alternativa pleiteada não é oferecida pelo Poder Público por força de entendimento no sentido de que inexistem evidências científicas suficientes que autorizem sua inclusão nos protocolos clínicos de tratamento da doença (hipótese de decisão administrativa fundamentada). E se o medicamento ou procedimento requerido judicialmente não estiver incluído nas políticas públicas de saúde, mas houver outra opção de tratamento para a moléstia do paciente, deve-se, em regra, privilegiar a escolha feita pelo administrador, nos termos do Enunciado 14 da I Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça:

14 - Não comprovada a inefetividade ou impropriedade dos medicamentos e tratamentos fornecidos pela rede pública de saúde, deve ser indeferido o pedido não constante das políticas públicas do Sistema Único de Saúde.

Outra questão que chamou a atenção quando da apreciação do pedido de efeito suspensivo no agravo de instrumento nº 5005239- 18.2018.4.04.0000, interposto pelo Estado quando da antecipação da tutela, é o fato de que a parte autora submeteu-se por sete meses a tratamento com o fármaco ora pleiteado, disponibilizado pelo próprio laboratório fabricante, conforme se verificou das informações constantes no laudo judicial produzido.

Naquela ocasião, referiu-se que a questão deveria ser elucidada, tendo em vista que tudo indicava que a parte autora teria recebido a medicação do fabricante sem qualquer ônus, de sorte que a responsabilidade pela

manutenção do tratamento, nesse caso, não seria dos entes públicos, mas do próprio fabricante, consoante já se decidiu nesta Corte em caso semelhante (TRF4, APELAÇÃO CÍVEL Nº 5034156-97.2012.404.7100, 4ª TURMA, Juiz Federal SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA, POR UNANIMIDADE, JUNTADO AOS AUTOS EM 30/09/2015).

Contudo, não tendo havido manifestação do juízo de origem nesse sentido, tampouco insurgência recursal quanto a isso, descabida tal determinação neste momento processual."

Acerca da alegação de violação do artigo 1.022 do CPC, verifica-se que não há falar em omissão do Tribunal *a quo* quanto à tese fixada pelo STJ no julgamento do recurso repetitivo Resp. 1.657.156, uma vez que, no referido julgamento, em sede de acórdão proferido em embargos de declaração, foi definida modulação temporal para a aplicação da tese, senão vejamos (grifo nosso):

"Modula-se os efeitos do presente repetitivo de forma que os requisitos acima elencados **sejam exigidos de forma cumulativa somente quanto aos processos distribuídos a partir da data da publicação do acórdão embargado, ou seja, 4/5/2018.**" (trecho do acórdão dos embargos de declaração publicado no DJe de 21/9/2018)

A data de distribuição do presente feito na origem ocorreu em momento anterior à publicação do acórdão dos embargos do repetitivo, não se aplicando, portanto, a tese fixada em conformidade com o art. 1.036 do CPC/2015.

A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Ilustrativamente:

DIREITO MINERÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPLORAÇÃO MINERAL ILEGAL. PATRIMÔNIO PÚBLICO. DOMÍNIO DA UNIÃO. ART. 20, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE DECRETO AUTORIZATIVO. SUSPENSÃO DE LAVRA. ATO DE CONCESSÃO POSTERIOR. PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que a Corte Regional julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida. In casu, fica claro que não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado e que os Aclaratórios veiculam mero inconformismo com o conteúdo da decisão embargada, que foi desfavorável à recorrente.

[...]

5. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1740173/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 23/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73 (ART. 1.022 CPC/2018). INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. ALEGAÇÃO DE OFENSA A ENUNCIADO DE SÚMULA. NÃO CABIMENTO.

[...]

III - Não se configura, portanto, a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 (art. 1.022 do CPC/15), uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

IV - Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp n. 1.486.330/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 24/2/2015; AgRg no AREsp n. 694.344/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 2/6/2015; EDcl no AgRg nos EAREsp n. 436.467/SP, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, Corte Especial, DJe 27/5/2015.

V - Dessarte, como se observa de forma clara, não se trata de omissão, mas sim de inconformismo direto com o resultado do acórdão, que foi contrário aos interesses da parte recorrente.

VI - Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja embargos de declaração. Esse não é o objetivo dos aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da ausência de análise dos temas que lhe forem trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 535 do CPC/73.

[...]

XI - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1606681/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 05/04/2019)

Ademais, nota-se, pela leitura dos autos, que não houve apreciação pelo Tribunal de origem sobre os artigos 371 e 479 do CPC/2015 ou sobre os artigos 7º, IX e XIII e 8º, §1º, I, da Lei 9.782/99 e sobre as respectivas teses correlatas (desconsideração das conclusões do laudo pericial e afastamento da competência legal da ANVISA para conferir força probatória ao parecer do CONITEC, respectivamente).

Assim sendo, fica impossibilitado o julgamento do recurso nesses aspectos, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282/STF e 211/STJ, respectivamente: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"; "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo"*.

Efetivamente, para a configuração do questionamento prévio, não é necessário que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso.

Nesse sentido, o seguinte precedente deste Tribunal Superior:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.  
PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. Há manifesta ausência de prequestionamento, a atrair a aplicação das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ, quando os conteúdos dos preceitos de lei federal suscitados na peça recursal não são examinados na origem, mesmo após opostos embargos de declaração.

2. Em situações similares, "caberia à parte, nas razões do seu especial, alegar violação do art. 535 do CPC/73 a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado, o que não foi feito" (AgRg no AREsp 650.702/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 520.518/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 25/09/2019)

Outrossim, ainda que assim não fosse, tem-se que o Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela ausência de evidências científicas de que o medicamento postulado proporcione reais melhoras no tratamento da psoríase.

*In casu*, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 desta Corte, assim enunciada: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido (grifo nosso):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. DIREITO À SAÚDE. PRESTAÇÃO DE MEDICAMENTO NÃO FORNECIMENTO PELO SUS. NECESSIDADE COMPROVADA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS.

1. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF).

2. Conforme a orientação estabelecida no julgamento do REsp 1.657.156/RJ, examinado na forma do art. 1.036 do CPC/2015: "A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; iii) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência. Modulam-se os efeitos do presente repetitivo de forma que os requisitos acima elencados sejam exigidos de forma cumulativa somente quanto aos processos distribuídos a partir da data da publicação do acórdão embargado, ou seja, 4/5/2018." 3. **Para as ações anteriores, definiu-se a aplicação da jurisprudência até então vigente, que exigia apenas a demonstração da imprescindibilidade do medicamento.** 4. Na hipótese, o Tribunal a quo afirmou a necessidade do fármaco, amparado em laudo emitido por perito nomeado pelo juízo. [...] 6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1694975/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. QUESTÃO DE MÉRITO AINDA NÃO JULGADA, EM ÚNICA OU ÚLTIMA INSTÂNCIA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF. REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. [...] VI. No caso, o Tribunal de origem concluiu, à luz das provas dos autos, pela "presença da verossimilhança do direito da agravada e bem assim o periculum in mora, a legitimar a antecipação de tutela deferida em primeiro grau", **mormente considerando a imprescindibilidade da medicação requerida e a gravidade da doença. Desse modo, era de ser aplicado o óbice da Súmula 7/STJ ao caso, porquanto rever a conclusão da instância ordinária - firmada diante das provas dos autos - é pretensão inviável, em sede de Recurso Especial. VII. Agravo interno improvido.** (AgInt no AREsp 1171669/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator